

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aplicação: 2014

## PROVA OBJETIVA $P_1$ Conhecimentos Básicos

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes à prova objetiva  $P_1$ . Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de prova.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

**MANHÃ**

### OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0 (XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA P<sub>1</sub> – CONHECIMENTOS BÁSICOS

### LÍNGUA PORTUGUESA (ITENS COM PESO 2)

1 Pediu ao antropólogo Eduardo Viveiros de Castro que  
falasse sobre a ideia que o projetou. A síntese da metafísica dos  
povos “exóticos” surgiu em 1996 e ganhou o nome de  
4 “perspectivismo ameríndio”.

Fazia já alguns anos, então, que o antropólogo se  
ocupava de um traço específico do pensamento indígena nas  
7 Américas. Em contraste com a ênfase dada pelas sociedades  
industriais à *produção* de objetos, vigora entre esses povos a  
lógica da *predação*. O pensamento ameríndio dá muita  
10 importância às relações entre caça e caçador — que têm, para  
eles, um valor comparável ao que conferimos ao trabalho e à  
fabricação de bens de consumo. Diferentes espécies animais  
13 são pensadas com base na posição que ocupam nessa relação.  
Gente, por exemplo, é, ao mesmo tempo, presa de onça e  
predadora de porcos.

16 Pesquisas realizadas por duas alunas de Viveiros de  
Castro, na mesma época, com diferentes grupos indígenas da  
Amazônia, chamavam a atenção para outra característica  
curiosa de seu pensamento: de acordo com os interlocutores de  
19 ambas, os animais podiam assumir a perspectiva humana. Um  
levantamento realizado então indicava a existência de ideias  
semelhantes em outros grupos espalhados pelas Américas, do  
22 Alasca à Patagônia. Segundo diferentes etnias, os porcos, por  
exemplo, se viam uns aos outros como gente. E enxergavam os  
25 humanos, seus predadores, como onça. As onças, por sua vez,  
viam a si mesmas e às outras onças como gente. Para elas,  
contudo, os índios eram tapires ou pecaris — eram presa.

28 Ser gente parecia uma questão de ponto de vista.  
Gente é quem ocupa a posição de sujeito. No mundo  
amazônico, escreveu o antropólogo, “há mais pessoas no céu  
31 e na terra do que sonham nossas antropologias”.

Ao se verem como gente, os animais adotam também  
todas as características culturais humanas. Da perspectiva de  
34 um urubu, os vermes da carne podre que ele come são peixes  
grelhados, comida de gente. O sangue que a onça bebe é, para  
ela, cauim, porque é cauim o que se bebe com tanto gosto.  
37 Urubus entre urubus também têm relações sociais humanas,  
com ritos, festas e regras de casamento.

Tudo se passa, conforme Viveiros de Castro, como se  
40 os índios pensassem o mundo de maneira inversa à nossa, se  
consideradas as noções de “natureza” e de “cultura”. Para nós,  
o que é dado, o universal, é a natureza, igual para todos os  
43 povos do planeta. O que é construído é a cultura, que varia de  
uma sociedade para outra. Para os povos ameríndios, ao  
contrário, o dado universal é a cultura, uma única cultura, que  
46 é sempre a mesma para todo sujeito. Ser gente, para seres  
humanos, animais e espíritos, é viver segundo as regras de  
casamento do grupo, comer peixe, beber cauim, temer onça,  
49 caçar porco.

Mas se a cultura é igual para todos, algo precisa  
mudar. E o que muda, o que é construído, dependendo do  
52 observador, é a natureza. Para o urubu, os vermes no corpo em  
decomposição são peixe assado. Para nós, são vermes. Não há  
uma terceira posição, superior e fundadora das outras duas. Ao  
55 passarmos de um observador a outro, para que a cultura  
permaneça a mesma, toda a natureza em volta precisa mudar.

Rafael Cariello. *O antropólogo contra o Estado*.  
In: Revista *piauí*, n.º 88, jan./2014 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens de 1 a 6.

1 Narrado em primeira pessoa e tratando de tema científico, o  
texto classifica-se como artigo científico, ainda que tenha sido  
publicado em periódico não especializado.

2 As formas verbais “surgiu” e “ganhou”, ambas na linha 3,  
poderiam, sem prejuízo dos sentidos do texto, ser substituídas  
por **surgira** e **ganhara**, respectivamente, pois indicam ações  
anteriores àquelas referidas no primeiro período do texto.

3 Em suas duas ocorrências no texto, nas linhas 41 e 53, o  
pronomes pessoais “nós” tem como referente o mesmo conjunto  
de indivíduos.

4 O “traço específico do pensamento indígena nas Américas”  
(ℓ.6-7) a que se refere o autor do texto consiste na recusa dos  
indígenas em se submeterem à lógica de produção da  
sociedade capitalista.

5 As ideias expressas nas frases “Ser gente parecia uma questão  
de ponto de vista” (ℓ.28) e “Gente é quem ocupa a posição de  
sujeito” (ℓ.29) constituem aspectos importantes daquilo que o  
texto apresenta como ‘perspectivismo ameríndio’ (ℓ.4).

6 Depreende-se do texto que, segundo o pensamento  
predominante entre os indígenas das Américas, animais de  
determinada espécie reproduzem, nas relações entre si e com  
outras espécies, características da cultura humana, na qual  
sobressai a lógica da predação.

1 As tendências que levaram D. Pedro II a querer  
dissimular o imenso poderio de que efetivamente dispunha e,  
é bom dizê-lo, que não lhe é regateado pela Constituição,  
4 faziam que fosse buscar, para ministros, aqueles que pareciam  
mais dóceis à sua vontade, ou que esperava poder submeter  
algum dia às decisões firmes, ainda que tácitas, da Coroa. Se  
7 não se recusa, conforme as circunstâncias, a pôr em uso  
algumas regras do parlamentarismo, jamais concordará em  
aceitar as que lhe retirariam a faculdade de nomear e demitir  
10 livremente os ministros de Estado para confiá-la a uma  
eventual maioria parlamentar. E se afeta ceder nesse ponto, é  
que há coincidência entre sua vontade e a da maioria, ao menos  
13 no que diz respeito à nomeação. Ou então é porque não tem  
objeções sérias contra o chefe majoritário. Quando nenhum  
desses casos se oferece, discricionariamente exerce a escolha,  
16 e sabe que pode exercê-la, porque se estriba no art. 101, n.º 6,  
da Constituição do Império.

Sérgio Buarque de Hollanda. *O Brasil monárquico. Do Império à  
República*. In: coleção *História geral da civilização brasileira*. São Paulo:  
Diffusão Europeia do Livro, 1972, tomo II, vol. 5. p. 21 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes aos sentidos e aos aspectos  
linguísticos do texto acima.

7 Conforme o texto, D. Pedro II procurava atuar de forma a  
evitar que ficasse patente o exercício discricionário de seu  
poder.

8 O termo “nesse ponto” (ℓ.11) remete ao seguinte trecho do  
período precedente: “pôr em uso algumas regras do  
parlamentarismo” (ℓ.7-8).

9 Depreende-se do texto que o “art. 101, n.º 6, da Constituição  
do Império” (ℓ.16-17) tornou-se letra morta em decorrência da  
prática política adotada por D. Pedro II.

10 De acordo com o texto, D. Pedro II concentrava, na prática,  
mais poder do que a Constituição do Império lhe outorgava.

11 Segundo o texto, entre as regras parlamentaristas que D. Pedro  
II consideraria inaceitáveis estavam as que visassem atribuir ao  
Poder Legislativo a prerrogativa de determinar a composição  
do gabinete ministerial.

1 Em episódio que não sei mais se se estuda na História  
do Brasil, pois nem mesmo sei se ainda se estuda História do  
Brasil, nos contavam, às vezes com admiração, que D. Pedro,  
4 o da Independência, irritado com a primeira Assembleia  
Constituinte brasileira, por ele considerada folgada e ousada,  
encerrou a brincadeira e outorgou a Constituição do novo  
7 Estado. Decerto a razão não é esta, é antes um sintoma, mas  
vejo aí um momento exemplar da tradição de encarar o Estado  
(que, na conversa, chamamos de “governo”) como nosso  
10 mestre e os nossos direitos como por ele dadivados. Os  
governantes não são mandatários ou representantes nossos, mas  
patrões ou chefes.

13 Claro, há muito que discutir sobre o conceito de  
praticamente cada palavra que vou usar — isto sempre, de  
alguma forma, é possível —, mas vamos fingir que existe  
16 consenso sobre elas, não há de fazer muito mal agora. Nunca,  
de fato, tivemos democracia. E a República não trouxe  
nenhuma mudança efetivamente básica para o povo brasileiro,  
19 nenhuma revolução ou movimento o fez. Tudo continua como  
era dantes, só que os defeitos, digamos, de fábrica, vão  
piorando com o tempo e ficam cada vez mais difíceis de  
22 consertar. Alguns, na minha lúgubre opinião, jamais terão  
reparo, até porque a Humanidade, pelo menos como a  
conhecemos, deve acabar antes.

João Ubaldo Ribeiro. *A gente se acostuma a tudo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 113-4 (com adaptações).

Em relação ao trecho acima reproduzido, julgue os itens que se seguem.

- 12 O autor caracteriza como “lúgubre” (ℓ.22) sua opinião, porque ela revela sua descrença na possibilidade de se sanarem os vícios, já antigos, da vida política brasileira.
- 13 É correto afirmar que o trecho foi extraído de um ensaio acadêmico, pois versa sobre tema histórico com base em conceitos de teoria política.
- 14 O vocábulo “brincadeira” (ℓ.6) é utilizado pelo autor para se referir, de forma jocosa, aos trabalhos da “Assembleia Constituinte” dissolvida por D. Pedro.
- 15 O pronome “o”, na oração “nenhuma revolução ou movimento o fez” (ℓ.19), remete à ideia expressa no predicado da oração imediatamente anterior.

1 Tarde de verão, é levado ao jardim na cadeira de  
braços — sobre a palhinha dura a capa de plástico e, apesar do  
calor, manta xadrez no Joelho. Cabeça caída no peito, um fio de  
4 baba no queixo. Sozinho, regala-se com o trino da corruíra, um  
cacho dourado de giesta e, ao arpejo da brisa, as folhinhas do  
chorão faiscando — verde, verde! Primeira vez depois do  
7 insulto cerebral aquela ânsia de viver. De novo um homem, não  
barata leprosa com caspa na sobrancelha — e, a sombra das  
folhas na cabecinha trêmula, adormece. Gritos: *Recolha a*  
10 *roupa. Maria, feche a janela. Prendeu o Nero?* Rebenta com  
fúria o temporal. Aos trancos João ergue o rosto, a chuva  
escorre na boca torta. Revira em agonia o olho vermelho — é  
13 uma coisa, que a família esquece na confusão de recolher a  
roupa e fechar as janelas?

Dalton Trevisan. *Ah, é?* Rio de Janeiro: Record, 1994, p. 67 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens de 16 a 20.

- 16 No texto, predominantemente narrativo, ocorrem tanto o discurso direto como o discurso indireto livre.

17 A escassez de verbos nas duas primeiras frases do texto e o uso de forma verbal na voz passiva realçam a situação de imobilidade e fragilidade do personagem em foco.

18 Por tratar-se de narrativa em terceira pessoa, o texto apresenta, além do relato das ações, alguns comentários do narrador, sem perscrutar o pensamento do personagem principal.

19 O uso das formas verbais “ergue” (ℓ.11) e “Revira” (ℓ.12), denotativas de movimento, indica a recuperação física do personagem, decorrente da retomada da “ânsia de viver” (ℓ.7).

20 O prazer proporcionado pela percepção sensorial de pássaro e plantas contribui para que o personagem se sinta revigorado e recupere sua autoestima.

1 Constantemente, você precisa provar e comprovar que é quem diz ser. Embora pareça, essa não é uma questão filosófica. A tarefa é prática e corriqueira: cartões de crédito,  
4 RG, CPF, crachás corporativos e carteirinhas de mil e uma entidades, que engordam a carteira de todo cidadão, são exigidos, a toda hora, para identificar uma pessoa no mundo  
7 físico. No ambiente virtual, combinações de usuário e senha funcionam para dar acesso a *emails*, celulares, redes sociais e cadastros em lojas *online*. Lidamos com tantas combinações  
10 desse tipo, que já se fala de uma nova categoria de estresse: a “fadiga de senhas”. A solução para driblar o problema é o reconhecimento biométrico — afinal, cada pessoa é única, e a  
13 tecnologia já pode nos reconhecer por isso. Em questão de segundos, dispositivos modernos são capazes de ler as características de partes do nosso corpo, comparar o que veem  
16 com a base de dados que possuem, e atestar a identidade das pessoas previamente cadastradas no sistema.

Renata Valério de Mesquita. *Você é a sua senha*. In: *Planeta*, fev./2014 (com adaptações).

Acerca dos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens seguintes.

21 A oração introduzida pela conjunção “que” (ℓ.10) expressa ideia de consequência em relação à oração anterior, à qual se subordina.

22 A forma verbal “Lidamos” (ℓ.9) poderia ser corretamente substituída por **Lida-se**.

23 Seria mantida a correção gramatical do texto caso o trecho “cartões de crédito (...) no mundo físico” (ℓ.3-7) fosse assim reescrito: exige-se, a toda hora afim de identificar alguém no mundo físico, cartões de crédito, RG, CPF, crachás corporativos e carteirinhas de mil e uma entidades que engordam a carteira de todo cidadão.

24 Na linha 2, o sujeito da forma verbal “diz” é o pronome “quem”.

1 À primeira vista, o Plano Piloto de Brasília parece  
uma repetição de construções. As quadras, distribuídas  
simetricamente pelas asas, têm prédios com plantas  
4 semelhantes, que se repetem a cada quadradinho, muitas vezes  
até localizados de forma análoga. Dentro dos apartamentos,  
entretanto, esconde-se o estilo de cada morador, que se revela  
7 não apenas em detalhes decorativos, mas em modificações nas  
plantas e na função dos cômodos. Para desvendar como os  
brasilienses ocupam e reinventam seus lares, a pesquisadora  
10 Franciney França decidiu analisar 168 plantas de apartamentos  
em sua tese de doutorado. “Quem olha para o Plano Piloto, que  
impressão tem? Que as quadras são iguais e que sempre têm o  
13 mesmo padrão arquitetônico. E aí pensa que as pessoas moram  
do mesmo jeito. Mostrei que não é bem assim”, conta.  
A pesquisadora dividiu as “indisciplinas arquitetônicas”  
16 praticadas pelos brasilienses entre leves e pesadas. As leves são  
as que mudam a destinação dos espaços. É aquele quatinho de  
empregada que acaba virando um escritório, ou um quarto que  
19 vira sala de televisão. Já as indisciplinas pesadas são as que  
implicam mudanças geométricas e configuracionais das  
plantas. São aquelas reformas que resultam em quebra de  
22 paredes, ou que transformam três quartos pequenos em dois  
maiores, ou as que agregam a cozinha à sala.

Juliana Braga. *A casa de cada um.*  
In: Revista *Darcy*, ago.-set./ 2011 (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto acima,  
julgue os itens a seguir.

- 25 O referente do sujeito da forma verbal ‘pensa’ (l.13) é  
‘Quem olha para o Plano Piloto’ (l.11).
- 26 Em “As quadras, distribuídas simetricamente pelas asas,  
têm prédios com plantas semelhantes” (l.2-4), o sentido da  
forma verbal “têm” equivale a incluir ou conter, como parte  
de um todo.
- 27 Sem prejuízo do sentido original do texto e de sua correção  
gramatical, o trecho “as que implicam mudanças geométricas  
e configuracionais das plantas” (l.19-21) poderia ser reescrito  
da seguinte forma: aquelas que resultam de mudanças  
geométricas e configuracionais das plantas.
- 28 O termo ‘aí’ (l.13) tem por referente a expressão ‘as  
quadras’ (l.12).
- 29 Nas estruturas “que se repetem” (l.4) e “que se revela” (l.6),  
o pronome “se” poderia ser deslocado, sem prejuízo da  
correção gramatical do texto, para imediatamente após as  
formas verbais “repetem” e “revela” — **que repetem-se e que  
revela-se**, respectivamente.

1 Vista do avião, a cidade de edifícios arrojados lembra  
Dubai, só que insulada na estepe verde. Desde 1997, quando o  
presidente Nursultan Nazarbayev transferiu a capital de  
4 Almaty, maior centro urbano do país, para Astana, no norte, a  
cidade não para de receber investidores e arquitetos famosos,  
atraídos pelas receitas de petróleo do Cazaquistão.  
7 Oficialmente, o presidente Nazarbayev justificou a mudança  
alegando o risco permanente de terremoto em Almaty e a falta  
de espaço para crescimento. Contudo, também queria integrar  
10 o norte habitado por russos à maioria cazaque. Hoje, a  
população de Astana é 65% de origem cazaque, 23% russa, 3%  
ucraniana, 1,7% tártara e 1,5% alemã. A nova capital é a  
13 fronteira de expansão econômica do país, irresistível para os  
jovens.

Brasília asiática. In: *Planeta*, fev./2014 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, referentes às ideias e aos aspectos  
linguísticos do texto acima.

- 30 Os vocábulos “Oficialmente” (l.7) e “permanente” (l.8)  
pertencem à mesma classe gramatical.
- 31 O uso dos vocábulos “Oficialmente” (l.7) e “Contudo” (l.9)  
leva o leitor a concluir que as razões alegadas publicamente  
para a mudança da capital do Cazaquistão não foram as únicas  
razões para tal mudança ter ocorrido.
- 32 A locução coloquial “só que” (l.2) tem, no texto, valor  
adversativo, equivalendo, por exemplo, ao das conjunções  
**porém, todavia, entretanto.**

1 Ao vender Sochi como sede dos Jogos Olímpicos de  
Inverno de 2014, o presidente russo Vladimir Putin prometeu  
uma experiência única: turistas e atletas poderiam esquiar nas  
4 montanhas, onde é muito frio, e mergulhar em piscinas abertas  
de hotéis, onde o clima é mais ameno, no mesmo dia. Sochi é  
famosa como estância de veraneio de milionários russos. Pelo  
7 fato de o clima na região ser subtropical, a temperatura prevista  
para a Olimpíada já estava no limite do aceitável para a prática  
de esportes na neve: no inverno, é esperada a média de 6 °C na  
10 altura do mar Negro, que banha o litoral. O que atletas e  
turistas encontraram ao chegar a Sochi, porém, foi um cenário  
muito mais inusitado. O calor na altura do mar atinge 20 °C e,  
13 nas montanhas, 15 °C. O calor intenso derreteu a neve nas  
pistas, forçou o cancelamento de treinos e prejudicou  
competições. Por trás dessa surpresa, um velho conhecido: o  
16 aquecimento global, fenômeno responsável por mudanças  
climáticas intensas que têm afetado o planeta no último século  
e que pôde ser notado em anomalias frequentes nessa última  
19 temporada de inverno no Hemisfério Norte e de verão, no Sul.

Alexandre Salvador e Raquel Beer. *Cadê o  
frio?* In: *Veja*, fev./2014 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos aos sentidos e aspectos  
gramaticais do texto acima.

- 33 Os vocábulos “russos” (l.6), “velho” (l.15) e “global” (l.16)  
exercem uma mesma função sintática no contexto em que  
ocorrem.
- 34 As orações “onde é muito frio” (l.4) e “que banha o litoral”  
(l.10) têm natureza explicativa, o que justifica o fato de  
estarem isoladas por vírgulas.
- 35 As orações “que têm afetado” (l.17) e “que pôde ser notado”  
(l.18) referem-se a “aquecimento global” (l.16).

1 O calor infernal nas regiões Sul e Sudeste no começo  
do ano parece um evento singular. Uma breve retrospectiva da  
história do planeta nos últimos anos, contudo, mostra que esses  
4 episódios estão se tornando cada vez mais comuns. Sem dúvida  
alguma, haverá outras ondas de calor tão fortes quanto essa ou  
maiores que ela ao longo das próximas décadas. Esses são os  
7 chamados “eventos extremos”. Nesse rótulo se enquadram a  
ampliação do número de furacões por temporada, as secas na  
Amazônia, as ondas de calor e os alagamentos, entre outros. O  
10 aumento da frequência dos eventos extremos é o principal  
sintoma das mudanças climáticas — que vão muito além do  
calor. É o que cientistas afirmam há anos. Pode parecer  
13 paradoxal, mas os modelos climáticos explicam como o  
aumento médio de temperatura da Terra leva a invernos mais  
rigorosos. Sobre o Polo Norte, existe o que os cientistas  
16 chamam de vórtice polar. É um ciclone permanente que fica  
ali, girando. Em sua força normal, ele segura as frentes frias  
nessas altas latitudes. Entretanto, com a temperatura da Terra  
19 cada vez mais alta, existe uma tendência de que o vórtice polar  
se enfraqueça. Assim, as frentes frias, antes fortemente presas  
naquela região, dissipam-se para latitudes mais baixas, o que  
22 faz com que o frio polar chegue aos Estados Unidos da  
América, por exemplo. Mudança climática não é sinônimo  
puro e simples de aumento da temperatura média da Terra.  
25 Outros processos, que envolvem a possível savanização da  
Amazônia, o aumento dos desertos e o deslocamento das  
regiões mais propícias para a agricultura, também estão  
28 inclusos no pacote.

Salvador Nogueira. *Clima extremo. In: Superinteressante*, mar./2014 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 36 A substituição da forma verbal “chamam” (ℓ.16) pela forma verbal **denominam** não prejudicaria a correção gramatical ou o sentido original do texto.
- 37 No trecho “dissipam-se para latitudes mais baixas” (ℓ.21), a partícula “se” tem função apassivadora.
- 38 A substituição da forma verbal “haverá” (ℓ.5) por **existirá** não prejudicaria nem o sentido nem a correção gramatical do texto.
- 39 O período “Uma breve retrospectiva (...) cada vez mais comuns” (ℓ.2-4) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Contudo, uma breve retrospectiva da história do planeta nos últimos anos, mostra que esses episódios estão se tornando cada vez mais comuns.
- 40 O trecho “O aumento da frequência (...) afirmam há anos” (ℓ.9-12) poderia ser corretamente reescrito da seguinte maneira: Faz anos que os cientistas vêm afirmando que o aumento da frequência dos eventos extremos é o principal sintoma das mudanças climáticas — que vão muito além do calor.

## LÍNGUA INGLESA (ITENS COM PESO 1)

1 As far back as 4000 B.C., historians believe, formal  
record-keeping systems were first instituted by organized  
businesses and governments in the Near East to allay their  
4 concerns about correctly accounting for receipts and  
disbursements and collecting taxes. Similar developments  
occurred with respect to the Zhao dynasty in China (1122-256  
7 B.C.). The need for and indications of audits can be traced  
back to public finance systems in Babylonia, Greece, the  
Roman Empire, the City States of Italy, etc., all of which  
10 developed a detailed system of checks and counterchecks.  
Specifically, these governments were worried about  
incompetent officials prone to making bookkeeping errors and  
13 inaccuracies as well as corrupt officials who were motivated to  
perpetrate fraud whenever the opportunity arose. Even the  
Bible (referring to the period between 1800 B.C. and A.D. 95)  
16 explains the basic rationale for instituting controls rather  
straightforwardly: “...if employees have an opportunity to steal  
they may take advantage of it.” The Bible also contains  
19 examples of good internal control practices, such as dual  
custody of assets, restriction of access to assets, and  
segregation of duties, as well as examples of the need for  
22 competent and honest employees. Historically then, the  
emergence of double-entry bookkeeping in circa 1494 A.D. can  
be directly traced to the critical need for exercising stewardship  
25 and control. Throughout European history, for instance, fraud  
cases — such as the South Sea bubble of the 18<sup>th</sup> century, and  
the tulip scandal — provided the justification for exercising  
28 more control over managers.

S. Ramamoorti. *Internal auditing: history, evolution, and prospects*. p. 3. Internet: <<https://na.theiia.org>> (adapted).

According to the text above, judge the following items.

- 41 The author points to a discontinuity in the history of financial bookkeeping from the end of the 15<sup>th</sup> century to the 18<sup>th</sup> century.
- 42 The word “allay” (ℓ.3) is used as a verb and it means **reduce** or **ease**.
- 43 People have inherited from the Bible the notion that auditing is necessary because of the inherently dishonest nature of human beings.
- 44 Without changing the meaning of the text, the fragment “explains the basic rationale for instituting controls rather straightforwardly” (ℓ.16-17) could be correctly replaced with **explains a common-sense approach to retain control instead of simply handing it over**.

### Shining a light on the auditors

1 Every financial meltdown prompts a hunt for  
scapegoats. In the wake of the most recent one, calls to reform  
accounting have grown particularly loud, and action is on the  
4 way. In the coming months both America and the European  
Union are expected to introduce new rules aimed at enhancing  
auditors' independence. But for all the heated debate over the  
7 changes, any improvement is likely to be modest.

America's bean-counters were effectively  
self-regulating until 2002. That year, following a wave of  
10 accounting scandals, Congress passed the Sarbanes-Oxley act  
to reform corporate governance. It limited the consulting work  
firms could do for their audit clients and set up a new regulator,  
13 the Public Company Accounting Oversight Board. At a  
meeting on December 4<sup>th</sup> it outlined three policies it expects to  
implement by the end of 2014.

16 One aims to make audit reports more useful by  
requiring a section highlighting "critical audit matters" — the  
high-stakes judgment calls that keep accountants up at night,  
19 such as how the business being audited has valued its  
intangible assets. Another would cut the share of an audit that  
accounting firms can outsource without disclosure from 20%  
22 to 5%. Such information is valuable in emerging markets,  
where local accountants vary widely in quality. The most  
controversial reform would identify by name the lead partner  
25 responsible for each audit.

Although identifying partners does not increase their  
legal liability, it does put their reputation on the line. This  
28 seems to make accountants more cautious.

*The Economist*, December 7<sup>th</sup> 2013, p. 68 (adapted).

Judge the items below, based on the text above.

- 45 The idea expressed in the second paragraph can be correctly explained by the following sentence: In 2002 a draft bill was voted by the American Congress proposing the setting of enhanced standard for all US state-owned-company boards, management and public accounting firms.
- 46 According to the text, Congress' underlying motivation to pass the Sarbanes-Oxley act was its indignation over the shameful behaviour of some corporations in early 21<sup>st</sup> century.
- 47 Assessing the criteria businesses apply to set a price to their intangible assets is the kind of job that makes auditors highly anxious.
- 48 The title of the text refers to the fact that it is necessary to start regarding auditors as key players in today's globalized world.
- 49 One of the premises of the text is that every time there is a sudden economic crisis, we tend to quickly try to find a culprit.
- 50 If the expression "for all the" (l.6) were replaced by **despite the**, the text would still be correct and the meaning of the sentence would be maintained, something that would not occur if it were replaced by **if there is**.
- 51 In line 8, "bean-counters" is a derogatory expression used to describe second-class accountants who deal specifically with agribusiness.

1 A compelling case can be made for mandatory audit  
rotation that auditors who keep the same client for too long get  
excessively cosy with its management. As somebody has put  
4 it, "When the same incumbent firm has been in place for 100  
years, to me that's not an audit, that's a joint venture."

Most academic studies have either found no link  
7 between the length of a relationship and its quality, or  
determined that longer tenures yield better results, because the  
accountants have time to master the intricacies of clients'  
10 businesses. Obliging companies to solicit bids at regular  
intervals, as Britain does, has shaken up the business: HSBC  
said in August that it will drop KPMG in favour of PwC; on  
13 December 2<sup>nd</sup> Unilever announced that it is making the  
opposite switch. Indeed, the big accounting firms argue that  
forced rotation would reduce competition by preventing the  
16 incumbent from bidding.

Proponents counter that the accounting giants, and  
academics whose research is often financed by them, have  
good reason to resist change. Among the reform's strongest  
19 supporters are smaller firms that hope to break the Big Four's  
stranglehold.

22 Yet even the most vocal advocates of mandatory  
rotation concede that it is no magic bullet. Auditors have a  
conflict of interest at the heart of their business — they are paid  
25 by the companies they are supposed to assess objectively.  
Unless that changes, there will be no substitute for investors  
doing their own due diligence.

*Idem* (adapted).

Judge the following items, according to the text above.

- 52 The author accuses some firms of bribing unscrupulous academics to put forward compelling arguments hereby they could block proposals to create mandatory audit rotation.
- 53 The fragment "longer tenures yield better results" (l.8) indicates that it is necessary a considerable amount of time for an auditing company which has been hired to sharpen its auditing skills and deliver superior results.
- 54 In "to me that's not an audit, that's a joint venture" (l.5), the word "that" refers to the situation mentioned before, that is, the same auditing firm being responsible for a client for too long a period of time.
- 55 The expression "magic bullet" (l.23) could be correctly replaced by **cure-all**, **wonder drug** or **perfect solution**, without any change in its meaning.

## LÍNGUA ESPANHOLA (ITENS COM PESO 1)

### Texto para los ítems de 56 a 64

1 Tenía yo catorce años y estudiaba Humanidades. Un  
día sentí unos deseos rabiosos de hacer versos, y de enviárselos  
a una muchacha muy linda, que se había permitido darme  
4 calabazas. Me encerré en mi cuarto, y allí en la soledad,  
después de inauditos esfuerzos, condensé como pude, en unas  
cuantas estrofas, todas las amarguras de mi alma. Cuando vi,  
7 en una cuartilla de papel, estaban aquellos rengloncitos cortos  
tan simpáticos; cuando los leí en alta voz y consideré que mi  
cacumen los había producido, se apoderó de mí una sensación  
10 deliciosa de vanidad y orgullo. Inmediatamente pensé en  
publicarlos en **La Calavera**, único periódico que entonces  
había, y se los envié al redactor, bajo una cubierta y sin firma.  
13 Mi objeto era saborear las muchas alabanzas de que sin duda  
serían objeto, y sin decir modestamente quién era el autor,  
cuando mi amor propio se hallara satisfecho.

16 Pocos días después, sale el número 5 de **La Calavera**,  
y mis versos no aparecen en sus columnas. Los publicarán  
inmediatamente en el número 6, dije para mi capote, y me  
19 resigné a esperar porque no había otro remedio. Pero ni en el  
número 6, ni en el 7, ni en el 8, ni en los que siguieron había  
nada que tuviera apariencias de versos. Casi desesperaba ya de  
22 que mi primera poesía saliera de molde, cuando caten ustedes  
que el número 13 de **La Calavera** puso colmo a mis deseos.

Los que no creen en Dios, creen a puño cerrado en  
25 cualquier cosa; por ejemplo, que el número 13 es fatídico. Yo  
creo en Dios, pero también creo en la fatalidad del número 13.  
Apenas llegó a mis manos **La Calavera**, me puse de  
28 veinticinco alfileres, y me lancé a la calle, con el objeto de  
recoger elogios, llevando conmigo el famoso número 13.

Rubén Darío. **Mis primeros versos**. Internet:  
<<http://mypage.direct.ca>> (con adaptaciones).

Con respecto a las ideas del texto, juzgue los ítems siguientes.

- 56 El escritor quiere mostrar las conquistas que hizo en el amor.  
57 Al escribir, el narrador siente mucha satisfacción personal.  
58 El escritor tiene varias opciones para publicar su obra.  
59 Cuando el narrador comenzó a escribir por primera vez, quería  
publicar rápidamente sus versos.  
60 El género de escritura que el narrador escribe es poesía.

Con relación a las ideas y estructuras lingüísticas del texto, juzgue  
los ítems subsiguientes.

- 61 La frase “me lancé a la calle” (l.28) significa que él se arrojó  
al suelo con fuerza.  
62 Las formas verbales “dije” (l.18) y “resigné” (l.19) están  
ambas en el tiempo verbal del presente de indicativo.  
63 El elemento “Los” (l.24) funciona como un artículo definido  
en plural.  
64 El número 13 le trajo suerte al escritor, de forma que no le  
resultó fatal.

- 1 Amar, amar, amar, amar siempre,  
con todo el ser y con la tierra y con el cielo,  
con lo claro del sol y lo oscuro del lodo:  
4 amar por toda ciencia y amar por todo anhelo.

Y cuando la montaña de la vida  
nos sea dura y larga y alta y llena de abismos,  
7 amar la inmensidad que es de amor encendido  
¡y arder en la fusión de nuestros pechos mismos!

Rubén Darío. **Amo, amas**. Internet:  
<[www.los-poetas.com](http://www.los-poetas.com)> (con adaptaciones).

Juzgue los siguientes ítems con base en el poema de arriba.

- 65 La expresión “amor encendido” (v.7) quiere decir que el amor  
está prendido o conectado.  
66 El vocablo “anhelo” (v.4) significa un deseo efusivo de  
conseguir alguna cosa.  
67 En el trecho “de la vida” (v.5), los elementos “de” y “la” se  
pueden unir en una sola palabra.

1 De los diversos instrumentos inventados por el  
hombre, el más asombroso es, sin duda, el libro. Los demás son  
extensiones de su cuerpo. El microscopio y el telescopio son  
4 extensiones de su vista; el teléfono es extensión de la voz; el  
arado y la espada son extensiones de su brazo. Pero el libro es  
otra cosa: es una extensión de la memoria y de la imaginación.  
7 Se dirá: qué diferencia puede haber entre un libro y un  
periódico o un disco. La diferencia es que un periódico se lee  
para el olvido, un disco se oye así mismo para el olvido. Un  
10 libro se lee para la memoria.

¿Qué son las palabras acostadas en un libro? ¿Qué es  
un libro si no lo abrimos y lo leemos? Podemos no estar de  
13 acuerdo con las opiniones del autor, pero el libro conserva  
algo sagrado y divino, que renueva en nosotros el deseo de  
encontrar felicidad y sabiduría.

Jorge Luis Borges. **El culto a los libros**. Buenos Aires: Emecé Editores,  
1979, p.13-24. Internet: <[www.auladecastellano.com](http://www.auladecastellano.com)> (con adaptaciones).

Con relación a las ideas y estructuras lingüísticas del texto de  
arriba, juzgue los subsiguientes ítems.

- 68 Para el autor, un periódico y un disco se usan para abandonar  
o arrinconar.  
69 La oración “qué diferencia puede haber entre un libro y un  
periódico o un disco” (l.7-8) es una pregunta indirecta, motivo  
por el cual la partícula **que** está acentuada.  
70 En la línea 12, las formas verbales “abrimos” y “leemos” se  
encuentran conjugadas en pasado.

## PROCESSO LEGISLATIVO (ITENS COM PESO 1)

Com relação às competências e à composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e de seu Comitê de Admissibilidade de Emendas, julgue os itens a seguir.

- 71 Compete ao Comitê de Admissibilidade de Emendas da CMO propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, aí incluídas as emendas de relator.
- 72 A CMO poderá requerer informações e documentos aos órgãos e entidades federais, bem como ter acesso às fiscalizações, inspeções e auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Neste último caso, porém, a CMO deverá encaminhar o pedido por intermédio da Mesa Diretora do Congresso Nacional em razão de lhe faltar competência para determinar diretamente ao TCU a realização desses atos.
- 73 Observados os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a CMO poderá, antes da votação nos respectivos plenários, ser ouvida acerca da estimativa do custo e do impacto fiscal e orçamentário da aprovação de projetos de lei e medidas provisórias (MPs) em tramitação.
- 74 A CMO compõe-se de quarenta membros titulares, sendo vinte deputados e vinte senadores, com igual número de suplentes, observado o critério da proporcionalidade partidária.

Ainda com referência à composição e às competências da CMO, julgue os seguintes itens.

- 75 Considere a seguinte situação hipotética.  
Uma autoridade governamental realizou certa despesa e a CMO, em razão de indício de que esta não tinha sido autorizada, solicitou esclarecimentos à referida autoridade, que, entretanto, não prestou os esclarecimentos solicitados.  
Nessa situação hipotética, a CMO poderá pedir ao TCU que se pronuncie conclusivamente sobre a matéria e, adicionalmente, estará autorizada a propor ao Congresso Nacional a sustação da despesa, se julgar que o gasto possa causar dano à economia pública.
- 76 Para o exercício de sua competência, a CMO pode realizar inspeções e diligências em órgãos da administração pública municipal.
- 77 Na apreciação do projeto de lei orçamentária anual pelo Congresso Nacional, o relator da receita do referido projeto integrará e coordenará o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária.

Acerca da apreciação de MPs pelo Congresso Nacional, conforme disposto na Resolução n.º 1/2002-CN, julgue os itens subsequentes.

- 78 É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na MP, cabendo ao plenário da comissão mista que irá emitir parecer o seu indeferimento liminar.
- 79 Nas quarenta e oito horas que se seguirem à publicação de MP, o presidente da Mesa do Congresso Nacional designará uma comissão mista para sobre ela emitir parecer, salvo se se tratar de MP que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, caso em que ela será examinada e receberá parecer da CMO.
- 80 A eleição para a presidência das comissões mistas constituídas para apreciar MPs observará o critério de alternância entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, devendo o relator ser designado pelo presidente, em cada caso, entre os membros da comissão pertencentes à Casa diversa da sua.

Acerca da Resolução n.º 1/2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das MPs a que se refere o artigo 62 da CF, julgue os próximos itens.

- 81 Se a Câmara dos Deputados aprovar MP editada pelo presidente da República e encaminhá-la ao Senado Federal, e, neste, houver modificação do texto, a MP terá de ser reconduzida à casa iniciadora, onde a alteração, sob a forma de emenda, deverá ser apreciada em turno único, vedadas quaisquer novas alterações.
- 82 Caso o presidente da República edite duas MPs, uma que altere dispositivos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais e outra que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, caberá à Presidência da Mesa do Congresso Nacional designar comissão mista para emitir parecer sobre ambas as MPs.

Com base nas normas sobre processo legislativo constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem.

- 83 Nem todos os assuntos podem ser objeto de lei delegada, como, por exemplo, a matéria relativa à legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- 84 A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- 85 A competência para legislar sobre orçamento pertence privativamente à União, cabendo aos estados e ao Distrito Federal editar normas sobre aspectos específicos relacionados à questão orçamentária, desde que autorizados por lei complementar federal.
- 86 A CF admite que se modifiquem, por meio de emendas parlamentares, projetos de lei elaborados pelo chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa reservada, mas veda, por inteiro, as emendas que ensejem aumento de despesa pública.

Ainda com relação ao processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 87** Caso um deputado federal apresente projeto de lei versando sobre matéria tributária, ela será incompatível com a CF, pois a referida iniciativa, independentemente de seu conteúdo, é privativa do chefe do Poder Executivo.
- 88** Se o Congresso Nacional editar uma lei complementar (LC) instituidora de certa obrigação tributária, posteriormente, uma lei ordinária poderá revogar dispositivos dessa LC, desde que tais dispositivos sejam materialmente ordinários.

Julgue os itens seguintes, relativos à disciplina estabelecida no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

- 89** Considera-se proposição toda matéria que não possui caráter propriamente legislativo, mas que está sujeita à deliberação da Câmara dos Deputados, como é o caso de indicações, requerimentos, recursos, pareceres e propostas de fiscalização e controle.
- 90** Na composição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares existentes na Casa, sendo garantida a participação de um membro da minoria, ainda que pelo critério da proporcionalidade não lhe caiba lugar.
- 91** Os blocos parlamentares são constituídos pelas representações de dois ou mais partidos, independentemente do número de parlamentares que venham a ter em sua composição, por deliberação das respectivas bancadas partidárias.
- 92** Compete à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, entre outras atribuições, aprovar a proposta orçamentária da Casa, apresentada pela Mesa Diretora, e encaminhá-la ao Poder Executivo, bem como aprovar o orçamento analítico respectivo.
- 93** Ato da Mesa Diretora, ouvido o Colégio de Líderes, no início dos trabalhos das sessões legislativas de cada legislatura, estabelecerá o número de membros efetivos das comissões permanentes, prevalecendo o quantitativo anterior enquanto não for modificado.

Ainda a respeito do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, julgue os itens que se seguem.

- 94** Ao final de cada legislatura, os projetos de lei que versem sobre a abertura de créditos suplementares não poderão ser arquivados, independentemente de terem recebido pareceres.
- 95** Considere a seguinte situação hipotética.  
Uma deputada federal, inconformada por não ter sido selecionada por seu partido para a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, pretende, então, candidatar-se autonomamente para um dos cargos que cabem à sua representação.  
Nessa situação hipotética, a candidatura autônoma pretendida é regimentalmente possível, bastando à interessada enviar comunicação escrita ao presidente da Câmara dos Deputados.

Considerando as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, julgue os itens subsecutivos.

- 96** As deliberações da CMO iniciar-se-ão pelos representantes da Câmara dos Deputados, sendo que o voto contrário da maioria dos representantes de uma das Casas importará na rejeição da matéria.
- 97** A apreciação das matérias, nas sessões conjuntas do Congresso Nacional, será feita em dois turnos de discussão e votação, devendo os votos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ser computados conjuntamente.
- 98** As sessões conjuntas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal terão a duração de quatro horas, mas, se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, esta será ultimada independentemente de pedido de prorrogação.
- 99** A mensagem do presidente da República encaminhando projeto de lei orçamentária deve ser dirigida ao presidente do Senado Federal e ser recebida e lida em sessão conjunta, especialmente convocada para esse fim, dentro de quarenta e oito horas de sua entrega.
- 100** Caso uma matéria seja apreciada em conjunto pelo Congresso Nacional, a discussão e a votação dessa matéria ocorrerão em um único turno. Todavia, a retirada de qualquer proposição do projeto somente poderá ser requerida pelo seu autor.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA P<sub>2</sub> – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (ITENS COM PESO 2)

Acerca dos princípios constitucionais tributários e das limitações constitucionais ao poder de tributar, julgue os itens seguintes. Nesse sentido, considere que a sigla STF, sempre que empregada, se refere ao Supremo Tribunal Federal.

- 101 É possível reduzir e restabelecer as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre os combustíveis por meio de decreto do presidente da República.
- 102 Segundo o STF, a suspensão de benefício tributário pode ser realizada a qualquer momento, por medida provisória, ainda que esta verse sobre vários temas, sendo-lhe inaplicável o princípio da anterioridade.
- 103 As taxas estão sujeitas aos princípios constitucionais que limitam a tributação e a outros princípios instituídos em favor do contribuinte pela norma infraconstitucional, já que os princípios constitucionais expressos são enunciados “sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte”.
- 104 A multa tributária, por não caracterizar instituição ou majoração de tributos, pode ser fixada mediante decreto editado pelo chefe do Poder Executivo.
- 105 A jurisprudência do STF firmou-se no sentido de que é aplicável a proibição constitucional do confisco em matéria tributária, ainda que se trate de multa fiscal resultante do inadimplemento, pelo contribuinte, de suas obrigações tributárias.

Julgue os próximos itens, referentes a exigibilidade do crédito tributário, isenção, lançamento e princípios tributários.

- 106 A carta de fiança bancária é modalidade de garantia idônea para conferir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- 107 A reclamação ou o recurso administrativo interposto fora do prazo previsto na lei não têm o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário e, por consequência, o curso do prazo prescricional enquanto perdurar o contencioso administrativo.
- 108 As leis, em face do caráter prospectivo de que se revestem, devem, ordinariamente, dispor para o futuro. Nesse sentido, o sistema jurídico-tributário assentou, como postulado absoluto, incondicional e inderrogável, o princípio da irretroatividade.
- 109 Revogada a isenção, o tributo torna-se imediatamente exigível. Em caso assim, não há que se observar o princípio da anterioridade, dado que o tributo já é existente.
- 110 No lançamento realizado com base em declaração do sujeito passivo, conhecido como lançamento por declaração, não é permitida a impugnação, já que não poderia o próprio contribuinte insurgir-se contra ato administrativo para cuja concretização ele tenha colaborado com o fisco.

A respeito da extinção do crédito tributário, julgue os itens que se seguem.

- 111 É possível estender benefício fiscal a hipótese não alcançada pela norma legal por se tratar de interpretação mais favorável ao contribuinte.
- 112 A decadência é forma de extinção do crédito tributário. Sendo assim, uma vez extinto o direito, não pode ele ser reavivado por qualquer sistemática de lançamento ou autolancamento, seja ela via documento de confissão de dívida, declaração de débitos, parcelamento ou de outra espécie qualquer.
- 113 O parcelamento requerido pelo contribuinte depois de transcorrido o prazo prescricional não restabelece a exigibilidade do crédito tributário.
- 114 A regra de imputação de pagamento prevista no Código Civil de que a amortização da dívida ocorre primeiro sobre os juros e, somente depois, sobre o principal do crédito não se aplica à compensação de natureza tributária.
- 115 Não é possível a compensação de débitos tributários federais com precatório estadual ofertado pelo contribuinte, a despeito de o Código Tributário Nacional prever a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a fazenda pública.

Tendo em vista que, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, julgue os itens subsequentes.

- 116 É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada por sociedade de economia mista federal, ainda que na qualidade de patrocinadora.
- 117 O professor que comprovar tempo exclusivo de dedicação ao magistério na educação fundamental e nos ensinos médio e superior terá direito a regra especial de aposentadoria, consistente na redução de cinco anos nos requisitos fixados para a aposentadoria por tempo de contribuição.
- 118 A CF prevê a possibilidade da adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria especial aos segurados portadores de deficiência.

Julgue os itens subsequentes à luz das regras constitucionais orçamentárias.

- 119 Por meio da abertura de crédito extraordinário, em situação emergencial, é permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos pelo governo federal e pelas suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios.
- 120 É imprescindível que a emenda a projeto de lei do orçamento anual que o modifique seja compatível com o plano plurianual (PPA) e com as leis de diretrizes orçamentárias (LDOs).

---

Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens subsecutivos.

- 121 O princípio da exclusividade tem o objetivo de impedir que a lei de orçamento seja utilizada como meio de aprovação de matérias estranhas às questões orçamentárias.
- 122 No Brasil, a anualidade do orçamento sempre foi consagrada, inclusive nos dispositivos constitucionais, mas a exigência de que os orçamentos anuais fossem complementados com projeções plurianuais se deu a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- 123 As cotas de receita que uma entidade pública deva transferir a outra serão incluídas como receita no orçamento da entidade obrigada à transferência.
- 124 O princípio do orçamento bruto, embora bastante representativo, não está integrado à legislação brasileira.
- 125 O princípio da especialização contribui para o trabalho fiscalizador dos parlamentos sobre as finanças executivas.

---

A respeito do ciclo e sistema orçamentário, julgue os itens que se seguem.

- 126 Entre as partes que compõem a lei orçamentária anual (LOA), está o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo.
- 127 No âmbito federal, o projeto de lei do PPA deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.
- 128 Na LDO, constam os limites para a elaboração das propostas orçamentárias do Ministério Público.
- 129 Entre os assuntos tratados nos anexos de riscos fiscais da LDO, tem-se a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios.
- 130 A atuação do órgão setorial no processo orçamentário envolve formalizar as alterações orçamentárias do órgão.

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

- 131 A despesa, classificada por sua subfunção, deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da identificação da natureza das ações.
- 132 As emissões de papel-moeda estão entre as receitas compreendidas na lei de orçamento.
- 133 As concessões e permissões e as compensações financeiras são registradas como receitas de contribuição.
- 134 A dívida ativa é um crédito da fazenda pública, de natureza tributária ou não, exigível em virtude do transcurso do prazo de pagamento.

---

Julgue os seguintes itens, referentes à LRF – Lei Complementar n.º 101/2000.

- 135 A emissão de títulos de responsabilidade do Banco do Brasil S. A. será incluída na dívida pública consolidada da União.
- 136 A LRF aplica-se a todos os entes da Federação.
- 137 Entende-se como empresa controlada a empresa estatal dependente que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal.
- 138 São formas de renúncia fiscal: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido e concessão de isenção em caráter não geral.
- 139 As despesas de indenização por demissão de empregados não são computadas no limite de despesa total com pessoal definido em lei.
- 140 Uma das exigências a serem atendidas pelo beneficiário da transferência voluntária é a observância dos limites de inscrição dos restos a pagar.

Acerca das funções e do papel do Estado e de conceitos relacionados aos bens públicos e semipúblicos, julgue os itens que se seguem.

- 141** O controle eficaz das fronteiras de um país é considerado um bem público típico, sendo não rival e não excludente. A oferta desse tipo de serviço é caracterizada tipicamente como o exercício da função alocativa.
- 142** Em economias modernas, é consenso que o estímulo a setores considerados estratégicos, por meio do fornecimento de crédito subsidiado, é considerado um instrumento eficaz de desenvolvimento econômico e social, fato esse que gera eficiência econômica.
- 143** Do ponto de vista econômico, um bem público é aquele que reúne características de rivalidade e exclusão. Contrariamente a essa concepção, o atendimento médico é rival e excludente, sendo economicamente caracterizado, portanto, como bem privado. Em um ambiente de escassez de recursos, as filas nos hospitais demonstram um típico sistema de racionalização de demanda, surgido endogenamente pela ausência de um sistema de preços.
- 144** Em mercados competitivos, recursos escassos de uma economia são alocados conforme critérios de produtividade. Caso a distribuição de renda resultante seja diferente da desejada pela sociedade, o governo pode atuar no sentido de redistribuir os recursos. No Brasil, a partir do Plano Real, observa-se uma tendência de concentração de renda no combate ao processo inflacionário.
- 145** A provisão de um sistema legal que permita a existência de ambiente institucional em que empresas e indivíduos possam realizar trocas voluntárias não integra as funções típicas do Estado em uma economia moderna. Após as crises de 1929 e de 2008, chegou-se à conclusão de que o sistema legal deve evitar a exploração da classe trabalhadora, limitando ao máximo a liberdade econômica.

---

Para que seja capaz de cumprir suas funções, o Estado moderno precisa de uma ampla base tributária, que permita a arrecadação de recursos suficientes para o financiamento de suas múltiplas atribuições. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 146** Há uma tendência de crescimento da carga tributária brasileira ao longo do tempo, podendo-se considerar os períodos pós-reformas de 1960 e pós-Plano Real como momentos em que esse aumento foi mais acentuado.
- 147** No desenvolvimento de um sistema tributário, é inevitável o debate acerca dos critérios a partir dos quais os ônus do financiamento público são distribuídos. Nesse sentido, o uso de uma tabela progressiva de imposto de renda pode combinar os conceitos de equidade horizontal e vertical.
- 148** Se as receitas públicas forem inferiores aos gastos e o governo optar pela emissão de moeda, não serão esperados impactos inflacionários duradouros, já que esses impactos são usualmente mais ligados a choques de preços básicos, como petróleo ou câmbio.
- 149** Para efeitos do cálculo da carga tributária bruta, deve-se subtrair do total dos impostos, das taxas e das contribuições arrecadadas as transferências diretas feitas para pessoas físicas, visto que estas atuam como um redutor do imposto recolhido.

Em relação ao Banco Central do Brasil (BCB) e ao Tesouro Nacional, julgue os seguintes itens.

- 150** Ao apurar resultado negativo no exercício, o BCB fica obrigado a apresentar um plano de contingência financeira ao Ministério da Fazenda, pois, para a norma legal vigente, esse resultado negativo não constitui obrigação do Tesouro Nacional, mas, sim, da própria instituição.
- 151** Pode-se considerar que as inter-relações entre as políticas geridas pelo BCB e pelo Tesouro Nacional são elementos fundamentais ao processo de geração da dívida pública brasileira.
- 152** Para garantir sua missão — controlar o valor da moeda nacional —, o resultado do BCB deve ser integralmente revertido na formação de reservas cambiais, sendo vedada a intervenção do Tesouro Nacional nas formas de aplicação desses recursos.
- 153** O BCB deve apresentar notas explicativas acerca da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional nos seus balanços trimestrais.

---

No que se refere ao federalismo fiscal e à política fiscal, julgue os itens subsequentes.

- 154** Conforme o teorema do orçamento equilibrado, a variação do consumo nacional será nula se, com tudo o mais constante, houver aumento do gasto governamental de 10 unidades monetárias, visto que implicará o acréscimo de 10 unidades monetárias em impostos, reduzindo-se proporcionalmente o consumo privado.
- 155** Compete a cada estado a definição de normas gerais para os impostos de competência municipal, como o IPTU e o ISS, de modo que tais normas devem ser seguidas pelos respectivos municípios, os quais têm competência legislativa acessória. No que tange a esse aspecto, inexistente norma federal unificadora.
- 156** A mobilidade da base do imposto de renda da pessoa física pode ser considerada uma das principais razões para que tal imposto seja de competência federal, sendo parte de sua arrecadação transferida para estados e municípios por meio dos fundos de participação.
- 157** A legislação concernente à divisão dos recursos entre os entes federados no Brasil possui mais de uma década de existência, sendo hoje considerada consensual entre os afetados. De acordo com essa legislação, os recursos devem ser divididos com base em critérios distributivos e têm como objetivo o combate às desigualdades regionais.

Com relação às consequências, às origens e aos princípios da tributação, julgue os itens que se seguem.

- 158 Diferentemente do tributo progressivo, a tributação regressiva sobre a renda gera menor redução na oferta de mão de obra, visto que indivíduos mais pobres têm menor elasticidade-renda do que indivíduos ricos, o que origina menores custos sociais, em termos de peso morto, sendo, socialmente preferível.
- 159 Se a prefeitura de determinado município instituir taxa única para o financiamento do serviço público de coleta de lixo estipulada em 1% do valor atribuído ao imóvel, tal medida caracterizará a adoção do critério da capacidade de pagamento em detrimento do critério do benefício.
- 160 Se a tributação diferenciada de cigarros e bebidas alcoólicas no Brasil for realizada com o objetivo de reduzir o consumo de tais produtos, a ação do governo de realizar tributação diferenciada constituirá uma violação ao princípio da neutralidade.

No que se refere a custo de oportunidade, externalidades e avaliação de projetos, julgue os itens a seguir.

- 161 Na avaliação de projetos governamentais, os preços de mercado para benefícios e custos que envolvam falhas de mercado não devem ser usados por não refletirem benefícios e custos marginais para a sociedade.
- 162 Nos mercados afetados por externalidades positivas, há alocação ineficiente de recursos.
- 163 Os mercados privados são incapazes de lidar com os problemas gerados por externalidades negativas.
- 164 O custo de oportunidade de um projeto é representado pela soma dos retornos não obtidos em todos os projetos alternativos a esse projeto.

Julgue os próximos itens, relativos a déficit público, resultado primário e dívida pública.

- 165 Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, aplicados compulsoriamente no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, não são computados como dedução no cálculo da dívida líquida do setor público.
- 166 As necessidades de financiamento do setor público representam uma medida de resultado fiscal do setor público calculada abaixo da linha, tendo como conceito central de seu cálculo a variação nominal do saldo da dívida líquida entre dois momentos no tempo.
- 167 Se o governo federal perdoar a dívida de governos estaduais e municipais dos quais seja credor, o efeito contábil imediato desse perdão sobre a dívida líquida do setor público será nulo.
- 168 O resultado primário é um conceito de déficit público que visa medir o esforço fiscal feito pelo governo dentro de um dado intervalo de tempo, incluindo no cálculo o efeito de déficits ou superávits passados sobre o esforço fiscal feito no período sob análise.
- 169 O resultado primário de estados, municípios e suas estatais apresenta tendência de crescimento desde 2007, o que aumenta a sua contribuição para o superávit primário do setor público.

Julgue os próximos itens, referentes ao Estado brasileiro e a política industrial.

- 170 Uma das justificativas para a adoção de políticas industriais no Brasil ao longo do século XX foi a proteção à indústria nascente. Tal argumento só é válido se o custo marginal de produção de cada firma diminuir com o volume produzido por todas as firmas ao longo do tempo.
- 171 De acordo com o argumento do *Big-push*, proposto por Rosenstein-Rodan, determinados investimentos só se tornam economicamente viáveis se forem realizados ao mesmo tempo, o que criaria espaço para a intervenção do governo na economia.
- 172 Um argumento tradicionalmente apontado na literatura para justificar incentivos governamentais à indústria é o de que este setor tem maior “encadeamento” com o restante da economia quando comparado à agricultura e aos serviços, pois demanda insumos de outros setores e tem maior capacidade de geração de empregos.
- 173 A criação de uma empresa estatal para operar um setor no qual haja monopólio natural pode elevar o bem-estar social.
- 174 A criação da Companhia Siderúrgica Nacional no governo de Getúlio Vargas pode ser considerada um caso de intervenção governamental na economia para solucionar uma falha de mercado.

A base monetária é definida como a soma do papel-moeda em poder do público com os encaixes voluntários e obrigatórios dos bancos comerciais. Os meios de pagamento no conceito restrito (M1) são definidos pela soma do papel moeda em poder do público com os depósitos a vista nos bancos comerciais. Com relação a esse tema e ao desenvolvimento da teoria monetária, julgue os itens seguintes.

- 175 Caso o multiplicador dos meios de pagamento se mantenha constante, os meios de pagamento no conceito restrito (M1) aumentarão quando o governo federal depositar recursos da arrecadação tributária em sua conta no BCB.
- 176 O multiplicador dos meios de pagamento diminuirá caso o público decida manter maior proporção dos meios de pagamento sob a forma de depósitos bancários.
- 177 Se o BCB determinar um aumento nos encaixes compulsórios dos bancos comerciais, haverá aumento da base monetária.

Acerca do regime de metas de inflação, julgue os itens subsequentes.

- 178 A taxa de juros é o principal instrumento utilizado em um regime de metas de inflação, o que faz com que um efeito colateral desse regime, quando comparado a outros regimes de política monetária, seja a maior volatilidade dos juros, da taxa de crescimento do produto interno bruto e da taxa de câmbio.
- 179 O nível da taxa de juros compatível com uma dada taxa de inflação depende da taxa de poupança da economia. No caso brasileiro, em que a taxa de poupança é baixa em relação à média dos países emergentes que utilizam o sistema de metas de inflação, o resultado é uma taxa de juros elevada, quando comparada à taxa média desses outros países.
- 180 O regime de metas de inflação adota como âncora nominal da política monetária a própria meta de inflação e é incompatível com a adoção de metas de expansão dos agregados monetários.

A respeito das particularidades do novo modelo de contabilidade aplicado ao setor público e do disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 181 A capacidade de geração de benefícios futuros é um dos fatores a serem considerados para que seja estimada a vida útil econômica dos animais que se destinem à exposição e à preservação.
- 182 Os custos dos programas da administração pública federal devem ser evidenciados pelo Sistema de Contabilidade Federal.

Os eventos e dados relacionados abaixo foram registrados no primeiro exercício financeiro de uma unidade gestora da Câmara dos Deputados.

- ▶ Aprovação da LOA, com previsão da receita e fixação da despesa no valor de R\$ 180.000;
- ▶ Lançamento de impostos no valor de R\$ 90.000, sendo arrecadados 80% desse valor;
- ▶ Depósitos de terceiros no valor de R\$ 18.000, recebidos em garantia de contratos;
- ▶ Compra de veículo no valor de R\$ 48.000, com vida útil estimada de 5 anos, sendo 50% pagos à vista e 50% inscritos em restos a pagar.

Com base nessas informações hipotéticas e tendo em vista o plano de contas aplicado ao setor público composto por oito classes de contas e os critérios para elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público no referido exercício, julgue os itens seguintes.

- 183 O registro contábil do direito a receber relativo ao lançamento de impostos deve receber o atributo F, para indicar que a conta é financeira, uma vez que o fato gerador já ocorreu.
- 184 Para fins de elaboração da demonstração das variações patrimoniais, a parcela da depreciação do veículo no período deve ser computada no rol das variações patrimoniais diminutivas.
- 185 O resultado orçamentário do exercício apresentou superávit no valor de R\$ 24.000.
- 186 Na elaboração do balanço financeiro, deve ser evidenciado um saldo em espécie para o exercício seguinte no valor de R\$ 66.000.

Com relação ao funcionamento do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (SICONV), julgue os itens que se seguem.

- 187 Mesmo que haja o recolhimento integral do débito imputado, não será possível retirar o registro da inadimplência no SICONV antes do encaminhamento da tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União (TCU).
- 188 Os órgãos e entidades que possuam sistema próprio de gestão de convênios podem realizar procedimentos de liberação, acompanhamento e execução desses recursos, devendo encaminhar os dados ao SICONV para fins de prestação de contas.

RASCUNHO

Acerca do relatório resumido da execução orçamentária (RREO), da avaliação do cumprimento das metas fiscais e da forma de cálculo da receita corrente líquida, julgue os itens subsequentes.

- 189** Adota-se o regime de caixa para a apuração da receita corrente líquida.
- 190** Quando for ultrapassado o limite de concessão de garantias, as ações de fiscalização e cobrança devem ser especificadas no RREO.
- 191** As despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida não serão objeto de limitação, ainda que não seja conferida a meta de resultado primário estabelecida no anexo de metas fiscais.
- 192** Os valores transferidos por determinação constitucional ou legal não devem ser deduzidos para o cálculo da receita corrente líquida.

---

A respeito dos tipos e modalidades de auditoria no setor público, julgue os itens a seguir.

- 193** Um dos objetivos da auditoria contábil é emitir opinião acerca da adequação e da fidedignidade das demonstrações financeiras quanto à aplicação, por parte das entidades públicas executoras, de recursos externos oriundos de projetos celebrados com organismos internacionais.
- 194** Por meio da auditoria operacional preveem-se os obstáculos ao desempenho da missão institucional da entidade, uma vez que se atua em tempo real sobre os atos efetivos da entidade.

---

Em relação aos sistemas de controle exercidos no âmbito da administração pública brasileira e da competência, da jurisdição e do exame de contas por parte do TCU, julgue os itens subsecutivos.

- 195** O TCU julgará como regulares as contas cujo julgamento de mérito seja materialmente impossível, dando quitação plena ao responsável.
- 196** Compete aos sistemas de controle internos mantidos pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do governo federal exercer o controle das operações de crédito e dos direitos e haveres da União.
- 197** Independentemente de pronunciamento do TCU, uma comissão mista permanente de senadores e deputados pode propor ao Congresso Nacional a sustação de despesa cujo gasto possa causar grave lesão para a economia pública.
- 198** Encontram-se no âmbito da jurisdição do TCU os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, inclusive mediante acordos com os municípios.

No que se refere ao papel do Congresso Nacional nos sistemas de controle e na avaliação da execução orçamentária, julgue os seguintes itens.

- 199** As comissões parlamentares de inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- 200** É competência da Câmara dos Deputados dispor a respeito dos limites globais e das condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do DF e dos municípios.

---

Com referência aos agentes públicos e ao regime jurídico que regulamenta as relações entre os servidores públicos e a administração, julgue os itens que se seguem.

- 201** Considere a seguinte situação hipotética.  
Um servidor público federal efetivo, destro, cuja principal tarefa estava relacionada à montagem manual de documentação em processos de compras públicas, após se envolver em acidente, sofreu amputação da mão direita, e isso inviabilizou a prática da atividade até então exercida por ele. Nessa situação hipotética, em seu retorno ao trabalho, o referido servidor deverá ser redistribuído.
- 202** Se, por acumular dois cargos públicos remunerados para os quais não haja previsão legal de acumulação, uma servidora for notificada pela autoridade competente, por intermédio de sua chefia imediata, será dado o prazo de dez dias, improrrogáveis, para essa servidora apresentar sua opção por um dos cargos.
- 203** O agente público está obrigado a declarar bens e valores que componham o seu patrimônio privado — requisito que condiciona a sua posse em cargo ou função pública —, e poderá ser demitido a bem do serviço público caso apresente falsa declaração.
- 204** Se um ocupante de cargo efetivo de nível superior do Poder Legislativo federal, ao final do seu primeiro ano de exercício nesse cargo, for requisitado para ocupar cargo de natureza especial em outro órgão da União, e tal pedido for negado pelo superior hierárquico sob o argumento de não se poder infringir disposição legal, o indeferimento da requisição terá respaldo na legislação vigente, haja vista que o servidor ainda se encontrará em estágio probatório.

Julgue os itens seguintes, acerca dos atos administrativos.

- 205** Caso um analista administrativo pratique ato cuja competência técnica incumba a seu superior hierárquico, tal ato será nulo em razão da incompetência do agente.
- 206** Ao extinguir por meio de revogação, um ato administrativo discricionário válido, a administração pública tem de fazê-lo em razão de oportunidade e conveniência, respeitando os efeitos já produzidos pelo ato até o momento.

---

No que concerne à reforma administrativa que regulamentou os contratos de gestão a serem firmados pela administração pública, julgue os itens subsecutivos.

- 207** Os convênios instituídos pelo poder público são firmados exclusivamente com outros órgãos ou entidades públicas, ao passo que os contratos podem ser celebrados com outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.
- 208** A reforma administrativa permitiu a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta, mediante a celebração de contratos que tenham por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou a entidade, a serem firmados entre seus administradores e o poder público.
- 209** As parcerias público-privadas são contratos administrativos de concessão e podem ser realizadas nas modalidades patrocinada ou administrativa.

---

Julgue os itens que se seguem, referentes a licitações, contratos, concessões e permissões.

- 210** As concessões de serviços públicos precedidas de obras públicas terão de ser objeto de prévia licitação, mas as que não forem precedidas das referidas obras se enquadrarão nas modalidades de dispensa de licitação.
- 211** Caso determinada empresa concessionária de serviços públicos preste serviços de forma deficiente, e essa deficiência seja identificada pelo poder público por meio da análise de indicadores de qualidade previamente definidos em contrato, o referido poder poderá declarar a caducidade como forma de extinção da concessão.
- 212** A Lei de Licitações instituiu como modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão, tendo vedado a criação de outras modalidades ou a combinação das existentes, embora o pregão tenha sido legalmente instituído, mais tarde, como nova modalidade de licitação.

A respeito do controle e da responsabilização da administração, julgue os próximos itens.

- 213** Considere a seguinte situação hipotética.  
João, servidor público federal, ao assumir a chefia do órgão em que atuava, descobriu irregularidades na execução do orçamento e tomou providências para a eliminação desses erros.  
Nessa situação hipotética, mesmo sem ter dado conhecimento aos órgãos de controle, João isentou-se de responsabilização solidária pelas irregularidades, em razão das providências adotadas.
- 214** A CF, ao disciplinar a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos entes públicos, prevê o controle da legitimidade, consistente no exame de mérito do emprego de recursos públicos que, embora legais, possam ser caracterizados como ilegítimos.
- 215** O controle pode ser classificado como executivo ou legislativo, a depender do órgão que o exerça.

---

Acerca de conceitos relacionados aos serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- 216** O princípio da igualdade, que pressupõe a não diferenciação entre usuários na prestação de serviço público, é inaplicável à determinação legal de isenção de tarifas para idosos e deficientes.
- 217** O serviço prestado por um taxista é classificado como serviço público impróprio, porque atende às necessidades coletivas, mas não é executado pelo Estado.
- 218** O princípio da mutabilidade, que determina que o regime jurídico possa mudar para atender ao interesse público, integra o rol de princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos.

---

Com referência à organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

- 219** É classificada como integrante dos serviços sociais autônomos uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada por autorização legislativa, cuja finalidade principal seja a de executar serviços de utilidade pública para o benefício de grupos específicos, com custeio por contribuições compulsórias.
- 220** A descentralização da administração pública será administrativa se o ente descentralizado tiver atribuições e competências não decorrentes das atribuições do ente central, como é o caso do governo do DF em relação à União.



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos